



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

TERMO DE CONTRATO DE CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO
PROCESSO Nº _____**TERMO DE CONTRATO DE CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO Nº _____, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE, E A EMPRESA _____.**

A União, por intermédio do **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense**, com sede na Rua Gonçalves Chaves, 3218, na cidade de Pelotas/RS, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 10.729.992/0001-46, neste ato representado pelo Reitor, **Flávio Luis Barbosa Nunes**, nomeado pelo Decreto de 16 de junho de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 19 de junho de 2017, portador da Matrícula Funcional nº 2747, doravante denominada CEDENTE, e a empresa _____ inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na _____ - Bairro _____ - Cidade _____, em _____, doravante designada CESSIONÁRIA, neste ato representada pela Sr. (a) _____, portadora da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela _____, e CPF nº _____, resolvem, conforme **Processo nº _____**, tendo em vista o que consta no **Processo nº _____** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Diretrizes Orçamentárias vigente e do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, celebrar o presente **Termo Contrato**, decorrente do Pregão nº _____, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto deste Contrato é a **cessão de uso, a título oneroso, de uma área destinada a instalação de trailer/food truck** em espaços das unidades do IFSul, nas dependências do Instituto Federal Sul-rio-grandense - Câmpus Sapiranga, de propriedade da União, localizado na Avenida Carlos Gilberto Weis, 155, Bairro Quilômetro 1, Sapiranga/RS, CEP 93.804-870; nas dependências do Instituto Federal Sul-rio-grandense - Câmpus Lajeado, de propriedade da União, localizado na Rua João Goulart, 2150, Bairro Olarias, Lajeado/RS, CEP 95.910-016 e nas dependências do Instituto Federal Sul-rio-grandense - Câmpus Gravataí, de propriedade da União, localizado na Rua Men de Sá, 800, Bairro Bom Sucesso, Gravataí/RS, CEP: 94.135.-300, conforme área, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência da licitação.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DA CESSÃO DE USO

2.1. A presente cessão de uso obedecerá às condições especiais adiante elencadas:

2.1.1 vedação de condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente;

2.1.2 cumprimento das normas relacionadas com o funcionamento da atividade vinculada ao objeto da cessão de uso e com a utilização da área objeto da cessão;

2.1.3 compatibilidade do horário de funcionamento da referida atividade com os dos Câmpus Sapiranga, Lajeado e Gravataí do Instituto Federal Sul-rio-grandense;

2.1.4 exercício da citada atividade sem prejudicar a atividade-fim ou o funcionamento dos Câmpus Sapiranga, Lajeado e Gravataí do Instituto Federal Sul-rio-grandense;

Lajeado e Gravataí do Instituto Federal Sul-rio-grandense;

2.1.5 aprovação prévia da CEDENTE para a realização de qualquer obra de adequação ao espaço físico a utilizado pela CESSIONÁRIA;

2.1.6 precariedade da cessão, que poderá ser revogada a qualquer tempo, havendo interesse do serviço público independentemente de indenização;

2.1.7 a participação da CESSIONÁRIA no rateio das despesas com energia elétrica dar-se-á da seguinte forma:

2.1.7.1 participação proporcional da CESSIONÁRIA no rateio das despesas com energia elétrica no Câmpus Saporanga, conforme subitem 2.2 do Termo de Referência;

2.1.7.2 Câmpus Lajeado e Câmpus Gravataí, a CESSIONÁRIA ressarcirá mensalmente o valor de R\$ 200 (duzentos reais) para custeio das despesas com energia elétrica, valor este sujeito ao reajuste na forma Cláusula Sétima, subitem 7.2.

2.1.8 fiscalização periódica por parte da CEDENTE;

2.1.9 vedação de ocorrência de cessão, locação ou utilização do imóvel para fim diverso do previsto no item deste Contrato;

2.1.10 reversão da área constituinte da presente cessão de uso, ao término da vigência deste Contrato independentemente de ato especial;

2.1.11 restituição da ora cedida área do imóvel, em perfeito estado de conservação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDENTE

3.1. A CEDENTE obriga-se a:

3.1.1 ceder a mencionada área do imóvel à CESSIONÁRIA, para a finalidade indicada no item 1 deste Contrato;

3.1.2 permitir o acesso dos empregados da CESSIONÁRIA às suas dependências, para o exercício de suas atividades laborais;

3.1.3 facilitar a atuação das autoridades fazendárias, sanitárias ou trabalhistas que venham a fiscalizar obrigações legais da CESSIONÁRIA;

3.1.4 Informar, mensalmente, pelo Câmpus Saporanga, à CESSIONÁRIA o valor do rateio, proporcional, das despesas tratadas no subitem 2.1.7 deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

4.1. A CESSIONÁRIA obriga-se a:

4.1.1 utilizar a área cedida, exclusivamente, na finalidade definida na Cláusula Terceira deste Contrato;

4.1.2 pagar, regularmente, os valores mensais fixados a título de retribuição pela cessão de uso objeto de Contrato;

4.1.3 arcar com o valor do rateio, proporcional ao valor medido, no Câmpus Saporanga ou o ressarcimento para Câmpus Gravataí e Lajeado, das despesas tratadas no subitem 2.1.7 deste instrumento contratual.

4.1.4 obter licenças, alvarás, autorizações etc, junto às autoridades competentes, necessárias ao funcionamento atividade de apoio a que a presente cessão de uso se destina;

4.1.5 desempenhar a atividade comercial prevista no Termo de Referência, para atendimento dos usuários, c funcionamento de segunda-feira à sexta-feira, no horário das 08:00 às 21:30 no Câmpus Saporanga; de segunda-feira à sexta-feira, no horário das 09:00 às 21:30 no Câmpus Lajeado e de segunda-feira à sexta-feira, no horário

das 08:30 às 21:30 no Câmpus Garavataí.

4.1.6 cumprir as obrigações legais relativas a encargos fiscais, trabalhistas, sociais, previdenciários, civis, comerciais que incidam sobre a atividade de apoio vinculada à mencionada cessão de uso, eximindo a CEDENTE de quaisquer dessas responsabilidades;

4.1.7 não se utilizar de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou de menor de dezessete anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (Lei nº 9.854/19 regulamentada pelo Decreto nº 4.358/2002);

4.1.8 manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para definição do seu nome como beneficiária da indicada cessão de uso do bem;

4.1.9 cumprir as disposições dos regulamentos internos do Instituto Federal Sul-rio-grandense;

4.1.10 não usar o nome da CEDENTE para aquisição de bens, assim como para contratar serviços;

4.1.11 arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados, dolosa ou culposamente, à CEDENTE ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes;

4.1.12 manter as instalações da área cedida em perfeito estado de conservação;

4.1.13 permitir que a CEDENTE realize as ações de fiscalização da execução do Contrato, acolhendo observações e exigências que por ela venham a ser feitas;

4.1.14 não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas.

4.1.15 cumprir, na íntegra, o rol de obrigações constantes no Termo de Referência, independente de sua transcrição ao presente instrumento de contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. Este Contrato terá vigência de 02 (dois) anos, com início na data de _____ e encerramento em _____

5.2. O prazo poderá ser prorrogado, a critério das partes, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 10 (dez) anos, por meio de correspondentes termos aditivos ao Contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR

6.1. O valor mensal da retribuição pelo uso da área objeto da cessão ora formalizada é de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**, a corresponder, anualmente, ao total de **R\$ 600,00 (seiscentos reais)**.

6.2. Além do pagamento do valor da indicada retribuição, a CESSIONÁRIA participará, proporcionalmente, do rateio da despesa de energia elétrica no Câmpus Sapiiranga e do ressarcimento do valor fixado, com reajuste periódico, nos Câmpus Lajeado e Gravataí, conforme tratadas no subitem 2.1.7 deste instrumento contratual.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. O valor da mencionada retribuição mensal será atualizado, anualmente, a partir do decurso dos primeiros (doze) meses da data do orçamento estimado (15/03/2025), pela variação apurada do IPCA/IBGE no período considerado.

7.2. O valor relativo às despesas com energia elétrica nos Câmpus Lajeado e Câmpus Gravataí, será atualizado anualmente, a partir do decurso dos primeiros 12 (doze) meses da data do orçamento estimado (15/03/2025), pela variação apurada do IPCA/IBGE no período considerado.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento dos valores da retribuição pecuniária indicada na Cláusula Sexta, de responsabilidade da CESSIONÁRIA, deverá ocorrer até o 5º dia do mês subsequente ao que a obrigação se referir.

8.2. O pagamento do valor relativo às despesas com energia elétrica, tratado no subitem 2.1.7 deste instrumento contratual, ocorrerá nos mesmos termos e prazos previstos no item 8.1.

8.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, o valor devido será acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = (6 / 100) / 365$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

9. CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A CEDENTE, por meio de servidor designado, acompanhará e fiscalizará a execução do presente Contrato, conformidade do disposto no art. 117, da Lei nº 14.133/2021.

9.2. O representante da Administração anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, determinando o que for necessário à regularização de eventuais falhas ou irregularidades.

9.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência daquele representante deverão ser solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As infrações administrativas e respectivas penas são aquelas previstas no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. Considerar-se-á rescindido o presente Contrato, independentemente de ato especial, retornando a área imóvel à CEDENTE, sem direito da CESSIONÁRIA a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas:

11.1.1 – vier a ser dada à área cedida utilização diversa da que a ela foi destinada nos termos deste Contrato;

11.1.2 – houver inobservância do prazo previsto no ato autorizativo da Cessão;

11.1.3 – ocorrer renúncia à cessão ou se a CESSIONÁRIA deixar de exercer suas atividades específicas ou, ainda, na hipótese de sua extinção, liquidação ou falência;

11.1.4 – houver, em qualquer época, necessidade de a CEDENTE dispor, para seu uso, da área vinculada a este Contrato; e

11.1.5 – ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

11.2. A rescisão do Contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a V e VIII do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS MEDIDAS ACAUTELATÓRIAS

12.1. Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

13.1. Será providenciada, pela CEDENTE, a publicação, resumida, deste instrumento de contrato, no Diário Oficial da União, no prazo e nas condições previstas na lei nº 14.133/2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Pelotas - Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro, por m privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmar presente contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemun abaixo assinadas.

Pelotas, 6 de maio de 20

(Assinado eletronicamente)

CEDENTE

(Assinado eletronicamente)

CESSIONÁRIO

TESTEMUNHAS:

(Assinado eletronicamente)

Nome:
CPF:

(Assinado eletronicamente)

Nome:
CPF:

